



VIAGENS ULTRAMARINAS: MONARCAS, VASSALOS E GOVERNO A DISTÂNCIA

Resenha da obra: RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo a distância*. SP, Editora Alameda, 2008, 312.

Rodrigo Leonardo de Sousa Oliveira

Doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais

A escrita e a espada como um dos requisitos não apenas a aquisição de mercês, mas também para o fortalecimento dos vínculos entre a monarquia e os seus domínios ultramarinos. Partindo desta premissa, Ronald Raminelli, professor associado do departamento de História da Universidade Federal Fluminense, procurou descrever como os vassalos das diversas possessões ultramarinas lusitanas viabilizaram um governo a distância.

Tema comum em nosso século, a idéia de Império vem rendendo frutos em diversas instituições brasileiras. Junto a esta temática, floresceu-se de forma mais sistemática o mundo das negociações no reino e no ultramar. Não se trata mais de uma visão dicotômica Metrópole/colônia, mas uma visão renovada onde os “diálogos oceânicos” passaram a ver a América Portuguesa não apenas por meio de uma visão teleológica – a busca por um sentido da colonização e os males deste ato para a sociedade contemporânea nacional, mas o *conceito e as dinâmicas do império a partir das noções de redes, conexões e das relações entre centro e periferia, poder central e poder local*¹.

Munido de fontes inéditas ou até então pouco exploradas pelos estudiosos do tema, o autor esboçou diversas reflexões sobre as tramas que se construíam entre o centro – no caso Portugal – e periferias – especialmente o Brasil. Desde o início de sua obra, Raminelli deixa claro para o leitor que o principal objetivo de seu livro é analisar a formação da elite coimbrã, particularmente a trajetória de colonos que se formaram em

¹ BICALHO, Maria Fernanda. *Da colônia ao império*. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia; BICALHO, Maria Fernanda. *O governo dos povos*. SP, Alameda, 2009, p. 91.



filosofia naquela que seria uma das principais instituições portuguesas no quesito conhecimento: A Universidade de Coimbra. Muitos destes filósofos atuaram como naturalistas no Ultramar. Prestando serviços ao Monarca ou aos secretários de Estado de negócios ultramarinos, estes cortesãos produziam inventários da natureza e suas produções. Eram os homens da ciência do império lusitano; Indivíduos letrados que ajudaram a coroa portuguesa a consolidar a idéia de império nos extensos e vastos domínios portugueses pela África, Ásia e América.

Como bem defende Raminelli, *a coroa deveria arquitetar meios de manter vastas áreas sob controle, valendo-se de estratégias para compensar as longas distâncias entre Lisboa e as possessões apartadas*. (RAMINELLI, 2008:17). Para alcançar os seus objetivos, a coroa portuguesa admitia que os seus vassalos fossem agentes indispensáveis para as suas pretensões imperiais. Daí o rei efetivava a política da liberalidade régia. Ou seja, permitia-se que parte de seus vassalos alcançasse honrarias a partir de seus feitos de guerra ou dos seus conhecimentos científicos.

Notadamente no período pombalino, houve o incentivo ao saber especializado sobre o mundo colonial. A intervenção estatal financiava agentes para realizar pesquisas sobre o ultramar. Elaborava-se inventários sobre diversos temas, entre os quais citamos pesquisas sobre os três reinos da natureza, sobre as potencialidades agrícolas e a capacidade produtiva das comunidades nativas. Mas a extensão das pesquisas ia além de simples diagnósticos sobre a produção local. Percebe-se, igualmente, o incentivo ao estudo das fronteiras – áreas distantes dos centros administrativos – e à circulação de armas, ao controle do contrabando e ao despotismo das autoridades locais. Objetivava-se, portanto, impedir atos ilícitos que poderiam resultar em prejuízos à Real Fazenda.

Com Pombal, o Estado tornou-se patrono do conhecimento. Foi fundada a Academia Real das Ciências e os Jardins Botânicos de Lisboa e Coimbra. Estas seriam instituições capazes de fomentar o conhecimento sobre o ultramar por meio do incentivo da produção de saberes por filósofos e homens formados em leis.

Com a ascensão de Martinho de Mello e Castro – secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos – manteve-se o patrocínio às viagens filosóficas. Na verdade, o referido secretário agiu como um verdadeiro patrono da ciência. Ele manteve intensa correspondência com os naturalistas, vice-reis e governadores das capitâneas. As



diretrizes científicas das viagens eram determinadas pelo dito secretário. Agindo como um intermediário entre os vassallos e o monarca, Mello e Castro arquitetava condições para que os viajantes pudessem receber mercês pelos seus escritos.

O sistema que regia os laços entre o rei e seus vassallos poderiam ser definidos dentro de um esquema baseado no conceito de “dom”. Seriam trocas de favores onde ambos os lados se fortaleciam. O primeiro fortalecia o seu domínio sobre o ultramar por meio de saberes oriundos de pesquisas dos viajantes. Os últimos recebiam diversos privilégios e honrarias pelos seus feitos. Assim, porque não afirmar que em torno do conhecimento teria se formado um espaço cortesão típico das sociedades de Antigo Regime? Raminelli segue nesta linha de pensamento afirmando, inclusive, que o conhecimento *não promovia a reforma das sociedades de ordens, ao contrário, o saber era moeda de troca para a ascensão social, para reunir privilégios e consolidar as distinções sociais.* (RAMINELLI, 2008: 137).

As buscas pelas mercês e cargos obedeciam, como nos ensina Norbert Elias, a normas e etiquetas guiadas por aqueles que detinham os monopólios de poder e tributação. Com isso, o Estado, para efetivar a sua “benevolência”, criava normas em torno de suas benesses. As recompensas eram efetivadas segundo os interesses econômicos e sociais estatais. Portanto, pelo menos na visão do autor, havia limites em torno das aquisições das mercês. Contudo, isto não impedia que colonos, de diversas procedências sociais, enviassem petições ou trabalhos ao reino e reivindicasse suas honrarias, pois tais práticas era algo normal em uma política regida pela “economia do bem comum”.

A história natural era um dos meios de se aproximar do secretário de Estado ou do monarca. Era, em síntese, um meio de troca para alcançar determinadas honras. Mas nem sempre ser naturalista era bem visto pela coroa portuguesa. Em alguns casos, os naturalistas eram vistos como sediciosos, pois estes tinham conhecimentos oriundos das “luzes”. Por serem filósofos, o tratamento dispensado a eles era carregado de diversos cuidados. Afinal, pensava-se que a filosofia era uma fonte do pensamento libertário vindo dos iluministas. Assim, em caso de movimentos sediciosos os naturalistas eram julgados de formas opostas aos magistrados. Aos primeiros, era comum a aplicação de



VEREDAS DA HISTÓRIA

2º Semestre de 2010
www.veredasdahistoria.com

Ano III - Ed. 2 - 2010
ISSN 1982-4238

penas exemplares, enquanto aos magistrados a magnificência real se manifestava mais cotidianamente.

Depois de 1808, momento em que Lisboa deixou de atuar como centro de seu vastíssimo império, os magistrados tornaram-se os principais interlocutores da coroa. Se antes desta data a tônica de suas obras e discursos fundamentava-se no comércio, a nova conjuntura incentivou estes homens a publicarem memórias visando à preservação da unidade do império. Atuando como consultores do rei, investiram em trabalhos que visassem uma possível complementaridade política e econômica entre o reino e suas possessões ultramarinas, algo que, em curto prazo, se mostraria nada conciliável.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Travessa 11, Nº20, Conjunto
Água Branca, Contagem – MG, CEP:32370-700.

www.veredasdahistoria.com